



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

22/11/2017

INDICE

1. JORNAL CORREIO POPULAR	
1.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	1
1.2. DECISÕES.....	2 - 4
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. ESMAM.....	5
2.2. OUVIDORIA.....	6
2.3. PRESIDÊNCIA.....	7
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. DECISÕES.....	8

termina no dia 24 de novembro

Semana de Conciliação: Prazo para cadastro de audiências termina no dia 24 de novembro

Nas comarcas de Imperatriz e São Luís, a Secretaria de Fazenda do Estado do Maranhão terá uma equipe atendendo no Fórum de São Luís e outra na UNISULMA

Termina no dia 24 deste mês o prazo para cadastramento das audiências da Semana Nacional de Conciliação, que será realizada entre os dias 27 de novembro e 1º de dezembro deste ano. Até o momento, mais de 6.400 audiências foram cadastradas por 70 Unidades Judiciárias de 48 comarcas do Estado do Maranhão, conforme o Relatório Quantitativo de Audiências, disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Esta será a primeira edição do evento com a aplicação do novo Código de Processo Civil, que entrou em vigor em março de 2016, estabelecendo a audiência de conciliação como ato inicial e obrigatório do processo.

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (Nupemec/TJMA) solicitou às empresas com maior volume de demandas que indicassem as causas nas quais haveriam propostas para composição do litígio.

Com a mesma finalidade, também foram registradas solicitações das partes para designação de audiências de conciliação, em canais disponibilizados pelo Poder Judiciário do Maranhão, como o "Quero Conciliar" no Portal do Judiciário (www.tjma.jus.br), ou por meio de registro na Ouvidoria e no Telejudiciário (0800-7071581).

O objetivo da Semana



Reprodução

A conciliação é orientada pela Resolução CNJ nº 125/2010, que instituiu a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses no Âmbito do Poder Judiciário.

Nacional de Conciliação - que acontece em todo o país - é encerrar processos judiciais por meio de acordos e permitir que a sociedade consiga solucionar o maior número possível de conflitos de maneira segura e célere.

O presidente do Nupemec/TJMA, desembargador José Luiz Almeida, orienta as Unidades a realizarem o cadastro das audiências, na plataforma do CNJ, impreterivelmente, até o dia 24 de novembro.

SEMANA - Além das audiências de conciliação, os principais Fóruns do Estado estarão disponibilizando acesso e orientando o público em geral para utilização das plataformas públicas digitais de solução de conflitos, estimulando a sociedade no uso dessa ferramenta como mecanismo antecedente à judicialização.

Nas comarcas de Imperatriz e São Luís, a Secretaria de Fazenda do Estado do Maranhão terá uma equipe atendendo no Fórum de São Luís

e outra na Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA), para renegociação de débitos fiscais como IPVA e ICMS, tanto nas demandas judiciais como em cobranças administrativas.

Além da Fazenda Estadual, a CEMAR e a CAEMA estarão no Fórum de São Luís e na DeVry em Imperatriz, para atendimento e tratamento de diversas demandas.

CONCILIAÇÃO - A conciliação é orientada pela Resolução CNJ nº 125/2010, que instituiu a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses no Âmbito do Poder Judiciário.

Os princípios orientadores da Política do CNJ incluem informalidade, simplicidade, celeridade, oralidade, flexibilidade e economia processual. A solução de conflitos pela via da conciliação dispensa a atuação imediata de advogados e do juiz. Este último apenas valida formalmente os acordos negociados entre as partes. **(TJMA)**

CIDADE



Semana da Luta pela Vida das Mulheres é realizada em Imperatriz

De 20 a 25 de novembro ações serão realizadas pela cidade com o intuito de alertar para sinais de abuso e agressão

STEPHANNE MENEZES

A Semana da Luta pela Vida das Mulheres em Imperatriz começou nessa segunda-feira (20) e vai até sexta-feira (25). Organizada pelo Fórum de Mulheres de Imperatriz, a Semana tem como objetivo alertar mulheres e sociedade para os primeiros sinais de abuso e agressão.

A programação iniciou com uma panfletagem na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (Uemasul) e em seguida uma palestra na Faculdade Pitágoras sobre a PEC 181. Nesta terça-feira (21) uma panfletagem está marcada para às 7h da

manhã na Escola Nascimento de Moraes. E às 19h, palestra ainda sobre a PEC 181 na Universidade Federal do Maranhão - UFMA, no campus centro.

Conceição Amorim faz parte da organização da Semana e fala sobre a importância do evento. "Nós não queremos dar visibilidade só ao feminicídio, ele já é o final do ciclo de agressões. Pretendemos informar e alertar, para os primeiros sinais de abuso, lá no início do relacionamento, as fases que levam ao feminicídio", salienta Conceição.

Dia 22 acontecerá palestra na escola Urbano Rocha com o tema "Violência contra mulher: Intervenção Estatal, desafios e perspectivas", a

partir das 19h.

O último ciclo de palestras acontecerá na Uemasul, no dia 24, nos horários 7h30; 15h e às 19h, cujo o tema também será sobre violência contra mulher.

A semana será encerrada com uma vigília na sexta-feira (25) na praça Meire de Pinho, próxima a UPA. Conceição informa que a vigília será para lembrar todas as vítimas de feminicídio dos últimos dois anos na cidade e seus autores. "A vida das mulheres não tem importância para a justiça do Maranhão", afirma Conceição ao lembrar da soltura de Clodoaldo da Silva Alves acusado de matar a ex-mulher, a bancária Elizelda Vieira de Paula Alves, com tiros dentro de um

hotel no dia 26 de dezembro de 2016 em Imperatriz.

As palestras serão gratuitas e abertas para o público geral que queira participar e contribuir.

Agressão e Feminicídio - Uma pesquisa divulgada pelo Datafolha, no início deste ano, mostra que mais de 500 mulheres são vítimas de agressão a cada hora no Brasil. De acordo com a pesquisa, 29% das mulheres relatam que já sofreram algum tipo de violência verbal ou física. O número sobe para 40% quando são questionadas sobre assédio. 61% dos agressores são conhecidos das vítimas, sendo conjugues, namorados, ex-companheiros, e até parentes. Os casos de feminicídio no Maranhão este ano já superaram os números de 2016. 30 casos foram registrados, contra 26 no ano passado.



A cada hora mais de 500 mulheres são vítimas de agressão no Brasil.

Magistrados homenageados

Dois desembargadores maranhenses foram agraciados com a Medalha “Ministro Domingo Franciulli Netto” pelos relevantes serviços prestados à formação de magistrados brasileiros, durante as atividades do XLVI Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem), realizado na semana passada, em São Luís. Foram eles, o presidente do TJMA, des. Cleones Cunha, e o diretor da Esmam, des. Paulo Velten Pereira. A condecoração foi entregue pelo presidente do Copedem, desembargador Antonio Rulli Júnior, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP).

Judiciário ouvirá a população de Cururupu amanhã

Evento será na Secretaria Municipal de Saúde sob a coordenação do desembargador Ricardo Duailibe



Desembargador Ricardo Duailibe ouvirá a população de Cururupu

A população da Comarca de Cururupu - distante 448 Km de São Luís - e região será consultada sobre os serviços e atuação do Poder Judiciário, em audiência pública a ser realizada amanhã, 23.

O evento acontece às 10h, no auditório da Secretaria Municipal de Saúde (Rua Ático Seabra, nº 159, Centro), sob a coordenação do desembargador Ricardo Duailibe, ouvidor-geral do Poder Judiciário do Maranhão.

Na audiência, serão recebidas sugestões e reclamações da população de Cururupu e demais comarcas do polo judicial de Pinheiro - Bacuri, Bequimão, Cândido Mendes, Carutapera, Cedral, Cururupu, Governador Nunes Freire, Guimarães, Maracumé, Matinha, Mirinzal, Penalva, Pinheiro, Santa Helena, São Bento, São João Batista, São Vicente Ferrer, Turiaçu e Viana.

As audiências públicas objetivam promover maior aproximação entre

o Poder Judiciário e a sociedade, como uma ferramenta onde a comunidade pode apresentar denúncias ou pedidos que contribuam para o aperfeiçoamento dos serviços judiciais.

As manifestações apresentadas pelos jurisdicionados durante o evento serão encaminhadas aos setores competentes do Judiciário. Os questionamentos serão esclarecidos em tempo hábil e os interessados serão informados sobre os resultados de suas sugestões e reclamações.

Resultados

Esta é a quinta audiência pública promovida pela Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão em 2017, que também aconteceram nas comarcas de Açailândia (março), Pedreiras (junho) e Santa Inês (setembro) e Tutóia (setembro).

Os pedidos da população e dos magistrados das comarcas consultadas resultaram na criação de novas varas judiciais em Santa Inês e Açailândia, esta de competência criminal. Um projeto de acessibilidade e pedido de criação de uma nova vara para a Comarca de Pedreiras foi entregue à administração do TJ, e encontra-se em análise.

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão funciona no Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís, no Calhau (piso térreo). O órgão pode ser acionado pelo telefone 0800 707 1581 (Telejudiciário); por formulário eletrônico, disponível no site www.tjma.jus.br. ●

Despedida gloriosa

Ao apagar das luzes de sua gestão na presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, o desembargador Cleones Cunha tem um ótimo motivo para comemorar.

O TJMA foi classificado em 4º lugar entre os tribunais estaduais de médio porte na pesquisa de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2017.

Entre os dez tribunais de médio porte, ficaram à frente do TJMA apenas os dos estados de Pernambuco, Pará e Santa Catarina.

ATOS DE IMPROBIDADE

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve decisão de primeira instância, que recebeu petição inicial de ação de improbidade administrativa, proposta pelo Ministério Público estadual (MPMA), que determinou a citação do ex-prefeito de Capinzal do Norte, Eliomar Alves Miranda, para apresentar contestação.

O entendimento do órgão colegiado do TJMA é de que, existindo meros indícios de cometimento de atos enquadrados na Lei de Improbidade Administrativa, a petição inicial deve ser recebida, a fim de possibilitar o maior resguardo do interesse público.

O desembargador José de Ribamar Castro (relator) registrou que o recebimento da inicial não representa juízo de convicção sobre o mérito envolvido da demanda ou sobre a responsabilidade do requerido, mas apenas o reconhecimento da continuação das averiguações cabíveis, com ampla produção de provas, que poderá confirmar ou declarar nulas as denúncias formuladas pelo MPMA.

O ex-prefeito recorreu ao TJMA contra a decisão do Juízo da Vara Única da Comarca de Santo Antônio dos Lopes, alegando, em preliminar, sua ilegitimidade passiva para compor a ação, por afirmar que a responsabilidade pelo ato de improbidade apontado pelo Ministério Público seria somente do ex-secretário municipal de Saúde do Município, Carlos Augusto F. Alves.